

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado, foi designado o dia 20 de Dezembro pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores a fim de prestar o seu consentimento ao acto de alienação de acordo com o n.º 5 do artigo 161.º CIRE.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

16 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Susana Marques Madeira*. — O Escrivão de Direito, *Eurico Mendes Branca*.

3000220289

#### 4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

##### Anúncio

Processo n.º 6595/06.8TBGMR.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credora — LMA — Leandro Manuel Araújo, L.ª

Devedora — Ricarveste — Indústria de Confecção, L.ª

No Tribunal da Comarca de Guimarães, 4.º Juízo Cível de Guimarães, foi, em 22 de Novembro de 2006, proferido despacho de nomeação de administrador judicial provisório da devedora Ricarveste — Indústria de Confecção, L.ª, número de identificação fiscal 500232202, com endereço na Rua de São Mamede, 151, Monte Largo, ap. 79, Guimarães, 4801-068 Guimarães, com sede na morada indicada.

Para administrador judicial provisório é nomeado o Dr. Paulo Manuel Carvalho da Silva, com endereço na Praça de Mouzinho de Albuquerque, 113, 5.º, sala 919, 4100-359 Porto.

Foi ainda fixado por despacho os deveres e as competências do referido administrador e que são as seguintes: os poderes exclusivos para a administração do património do devedor.

Tem ainda o administrador direito de acesso à sede e às instalações empresariais do devedor e de proceder a quaisquer inspecções e a exames, designadamente dos elementos da sua contabilidade.

O devedor fica obrigado a fornecer-lhe todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções.

23 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Silva Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Júlio José Duarte*.

3000221687

#### TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

##### Anúncio

Processo n.º 880/06.6TBOBR.

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).

Insolvente — Condimarsi — Construção Cível, L.ª

Presidente da comissão de credores — Caixa Geral de Depósitos — Lisboa e outro(s).

No Tribunal da Comarca de Oliveira do Bairro, secção única de Oliveira do Bairro, no dia 21 de Novembro de 2006 (às 17 horas e 47 minutos), foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Condimarsi — Construção Cível, L.ª, com endereço na Rua da Caneira, 11, bloco A, fracção Ah, Mamarrosa, 3770-000 Oliveira do Bairro, com sede na morada indicada.

São gerentes da requerente, Adérito de Jesus Simões, com endereço na Rua da Caneira, 11, bloco A, fracção Ah, Mamarrosa, 3770-000 Oliveira do Bairro, e Paula Virgínia de Oliveira Ferreira Simões, com endereço na Rua da Caneira, 11, bloco A, fracção Ah, Mamarrosa, 3370-000, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para administradora da insolvência é nomeada a Dr.ª Paula Peres, com endereço na Rua do Padre Américo, Edifício Marialva, 1.º, J, Anadia, 3780-000.

Fica determinado que a administração da massa insolvente será assegurada pelo administrador, nos precisos termos e com as limitações impostas na sentença.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas directamente ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

##### Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante da sentença (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 13 de Dezembro de 2006, pelas 15 horas, para a tomada de posse da comissão de credores, e o dia 23 de Janeiro de 2007, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

22 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Ferreira da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Fátima Miranda*. 1000308563

#### 3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL

##### Anúncio

Processo n.º 1675/06.2TBLRA.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Credora — Caixa Geral de Depósitos, S. A.

Devedora — Albertina da Conceição Rodrigues.

No Tribunal da Comarca de Pombal, 3.º Juízo de Pombal, no dia 29 de Setembro de 2006, pelas 19 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Albertina da Conceição Rodrigues, nascida em 17 de Novembro de 1923, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 123166489, bilhete de identidade n.º 4186589, com endereço no Lar de Santa Isabel, Charneca, 3100-000 Pombal, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Nuno Casteirão, com endereço na Rua do Padre Estêvão Cabral, 79, 2.º, sala 204, 3000-317 Coimbra.